

Cerrado: Modernização e ocupação a partir da localidade

Weder David de Freitas¹
wederfreitas@hotmail.com

Eguimar Felício Chaveiro²
equimar@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo central analisar o cerrado a partir da sua localidade. Bioma, domínio morfoclimático, território, várias são as denominações recebidas pelo cerrado. Apesar de todas essas denominações existe uma questão central na qual influencia de modo decisivo na sua atual configuração regional: a localização. Claro que não é o único fator para entendermos a devastação contemporânea, mas é um importante aspecto. Partindo daquilo que Alan Bourdin (2009) nos coloca a partir da questão local, podemos compreender que a centralidade e proximidade dos lugares dinâmicos do país contribuíram para sua ocupação e conseqüentemente sua modernização. A expansão econômica brasileira se dá de acordo com sua ocupação e essa se inicia no litoral. Portanto, as áreas mais centrais do Brasil só serão incorporadas pela economia nacional no início do século XX. Para entendermos o processo de modernização e povoamento tendo como base a localidade do Cerrado iremos abordar alguns assuntos, tais como: O processo de povoamento a partir da políticas públicas engendras pelo Estado brasileiro, o contexto internacional de expansão da agricultura, as técnicas modernas e a globalização.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Luziânia e aluno do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia, nível doutorado do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

² Professor Associado I da Universidade Federal de Goiás, membro do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio Ambientais

Introdução

O objetivo central desse trabalho é apresentar como a localidade influenciou na ocupação e colonização do bioma Cerrado no estado de Goiás – Brasil. Para tanto será necessário abordar alguns temas que são pautas do movimento de preenchimento dos espaços vazios das porções centrais, leste e norte do território brasileiro.

Para iniciar tal empreendimento faz-se necessário entrar no debate acerca da definição dessa vegetação. Bioma, Ecossistema, Domínio, Território? Afinal, como podemos defini-lo?

Não é finalidade desse artigo definir pormenoramente o que seja cada um desses conceitos. Iremos, de forma resumida caracterizar apontar o debate sobre o assunto para que a partir da exposição definirmos qual conceito se encaixa melhor no objetivo do trabalho.

De início podemos assinalar o que a caracterização de um ecossistema passa pela integração dos fatores bióticos e abióticos encontrados num determinado lugar. Nos ecossistemas há interação e coexistência entre elementos inorgânicos e orgânicos. Porém, em escala um ecossistema é menor que um bioma por exemplo. Para simplificar um bioma pode ser caracterizado por um conjunto de ecossistemas. Por isso, definir o Cerrado como um ecossistema apenas não seria correto, afinal dentro do cerrado existem vários ecossistemas que muitas vezes sobrepõem-se uns aos outros, mas são singulares.

Bioma é um conceito um pouco mais complexo. Existe um debate, relativamente grande e denso sobre esse tema. Para Coutinho (2006), considera bioma

[...]uma área do espaço geográfico, com dimensões até superiores a um milhão de quilômetros quadrados, representada por um tipo uniforme de ambiente, identificado e classificado de acordo com o macroclima, a fitofisionomia (formação), o solo e a altitude, os principais elementos que caracterizam os diversos ambientes continentais. (Coutinho, p. 16)

Continua,

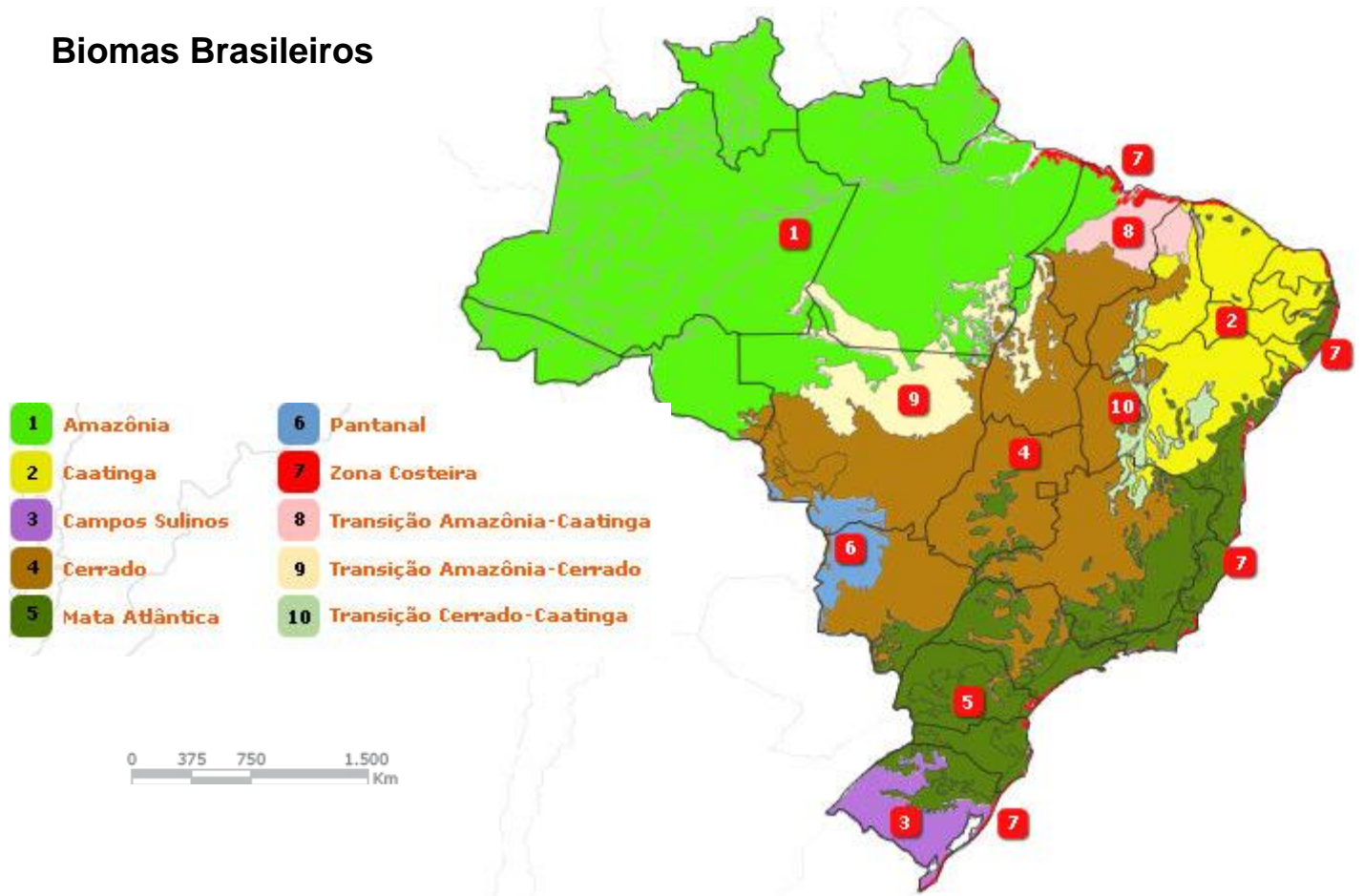
[...] considera-se que um bioma é uma área do espaço geográfico, com dimensões de até mais de um milhão de quilômetros quadrados, que tem por características a uniformidade de um macroclima definido, de uma determinada fitofisionomia ou formação vegetal, de uma fauna e outros organismos vivos associados, e de outras condições ambientais, como a altitude, o solo, alagamentos, o fogo, a salinidade, entre outros. Estas características todas lhe conferem uma estrutura e uma funcionalidade peculiares, uma ecologia própria. (Coutinho, p. 16)

De acordo com o autor acima mencionado bioma é uma área que possui certas características que num total há uma homogeneidade, ou seja, apesar da vegetação ser o elemento essencial da paisagem e da peculiaridade do bioma, ela não é a única. É possível definir que o bioma tem uma relação de equilíbrio. No entanto, partindo desse pressuposto de homogeneidade e equilíbrio Coutinho (2006) não considera que o Cerrado seja apenas um bioma, mas um conjunto complexo de biomas, ou seja, um mosaico. Não sendo as suas fitofisionomias³ apenas paisagens de um mesmo bioma, são na sua concepção biomas diferentes, conforme salienta.

Então, o debate estabelecido por Coutinho em definir o Cerrado como um conjunto complexo de biomas, ou seja, um complexo nos leva para um caminho que pode nos auxiliar a definir o melhor conceito para o nosso trabalho. Se o cerrado, de acordo como o que foi colocado até agora é um conjunto de bioma e, além disso, temos na região do Cerrado características de outros biomas, como a Mata Atlântica, conforme mapa abaixo.

³ As fitofisionomias mais recorrentes na literatura sobre o Cerrado são assim definidas: **formações campestres**: Campo limpo, campo sujo e campo de murundu; **formações savânicas**: vereda, cerrado rupestre, cerrado ralo, cerrado típico e cerrado denso; **formações florestais**: cerradão, florestas estacionais decíduas/semi-decíduas, mata de galeria, mata ciliar.

Biomass Brasileiros



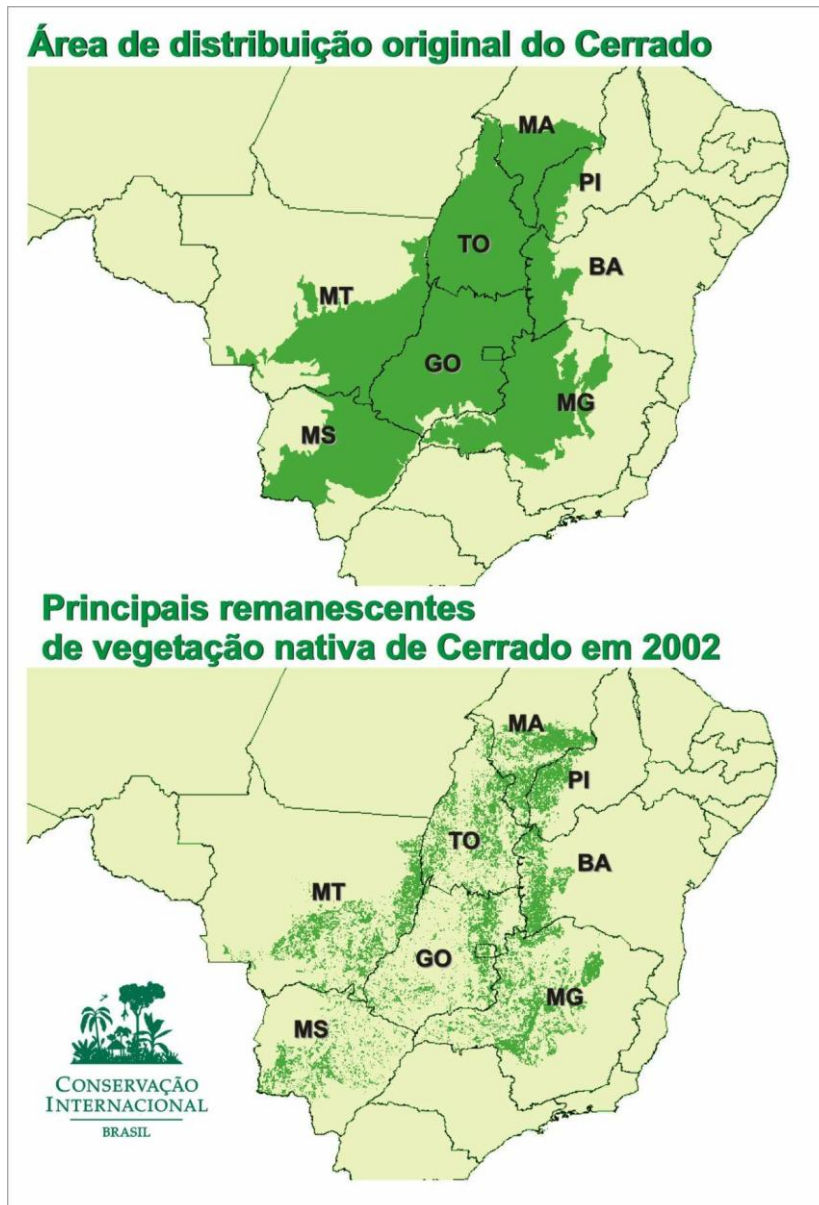
Fonte: WWF Brasil

Para solucionar tal problemática o mais indicado é trabalhar com o conceito de domínio, já que este pode ser definido com mais heterogeneidade que o conceito de bioma. Isso significa dizer que o domínio tem uma característica que é dominante, no caso do Cerrado, no entanto permite o entendimento que existe outras formações vegetais, animais, de clima e solo não coincidentes com o a principal.

Castilho e Chaveiro (2008) assim nos auxiliam na definição do domínio de Cerrado.

[...] o cerrado, além de Bioma, é também ecossistema. E pode ser considerado também como *Domínio*. No espaço onde há predominância do Cerrado, chamamos esse Domínio de Cerrado. Mas não se pode confundir esse termo com Bioma. Isso pode ser resolvido da seguinte maneira: no Domínio do Cerrado, o Bioma predominante é o Cerrado, mas também pode haver ecossistemas típicos de outros biomas. Então, Bioma é mais específico, refere-se de fato ao Cerrado. Domínio tem caráter mais dimensional; de localidade.

Portanto, definido o conceito que nos propicia discutir sobre a ocupação e modernização a partir da modernidade, agora podemos entender como esse domínio está atualmente quase que acabado, conforme mapa a seguir.



Já quando falamos em modernização podemos identificar que:

A expansão do modo de produção capitalista pelo território caracteriza o que chamamos de modernização. Ou seja, trata-se de um processo que envolve a transformação dos lugares no sentido da reprodução ampliada do capital e os conseqüentes impactos de amplitudes sociais e ambientais. E este processo envolve, além dos meios de produção e da exploração de trabalho, as condições econômicas, políticas e culturais. É por isso que alguns períodos são emblemáticos no sentido das transformações, já que representam esforços do Estado, de atores

sociais e hegemônicos, sobretudo do capital internacional na constituição de um ambiente propício ao processo de expansão do capitalismo pelo território. No caso do território goiano trabalhamos, nesse artigo, os dois mencionados acima - de 1930 até 1970, que teve como expressão espacial a regionalização do Mato Grosso Goiano, e outro que teve início a partir de 1970. (Castilho, 2010)

A localização aqui é importante naquilo que afirma Bourdin, ou seja, pelo processo e fluidez do espaço, nesse sentido, a importância da localização do território goiano se dá pela proximidade do centro consumidor do país no momento, ou seja, o Sudeste, o litoral brasileiro.

Para Bourdin (2001)

Uma escolha de localização procede, em termos ideais, de um conjunto de critérios explícitos, entre os quais, por exemplo, em matéria econômica, a acessibilidade e os custos que ocupam um grande lugar. É desta forma que são apresentadas as escolhas de implantação das grandes empresas. É preciso ainda observar que as coisas se complicam quando se faz necessário avaliar as externalidades. Além disso, e o que é mais importante, os critérios da escolha se definem progressivamente (em processos que facilmente poderíamos qualificar de incrementais) à medida que se reúnem informações sobre as localizações possíveis, os contextos locais etc. (Bourdin, 2001, p. 159)

É necessário destacar que a década de 1930 foi fundamental, na verdade um marco, para a mudança e modernização de Goiás. Foi justamente na chamada revolução de 30 que Getúlio Vargas assumiu a presidência da República e instalou-se no Brasil um período denominado de nacionalismo. Nesse período ações para a maior integração e conhecimento do território brasileiro foram realizadas. Destaca-se a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cuja missão principal era o de desvelar o território brasileiro. Claro que além de conhecer, o fundamental era explorar.

Foi nesse contexto que se deu a chamada Marcha para Oeste. Com um território com ocupação predominantemente no litoral, havia todo um país despovoado, pouco explorado e pouco conhecido no seu interior. A preocupação com o conhecimento, mas, sobretudo, com a exploração do território, levou o governo a adotar medidas para a incursão no Oeste do país. Notadamente, alguns eventos marcaram essa ocupação, como a construção de Goiânia e Brasília, dentre outros. É interessante notar que essas políticas promoveram e consolidaram a desigualdade regional goiana.

Com sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933, Goiânia, cidade planejada, foi um marco na disputa interna da política goiana. Aliados de Getúlio Vargas, a ala progressista do Estado liderada por Pedro Ludovico Teixeira, comandou a política de Goiás, a partir de 1930. Uma das preocupações era tirar definitivamente dos coronéis o poder político do

Estado. Para isso, a mais radical das ações foi sem dúvida a mudança da capital do Estado, da Cidade de Goiás para Goiânia. Várias foram as justificativas para tal mudança, destacando-se como uma das mais significativas a questão sanitária. Argumentou-se que o sítio urbano da antiga capital, dentro de um vale e com relevo acidentado, era problemático quando se tratava de saúde pública, pois não propiciava um crescimento da cidade além de dificultar a coleta de esgoto, o que poderia causar doenças e epidemias na população local. O discurso higienista, proferido pelo médico Pedro Ludovico Teixeira, foi importante para que a capital de até então fosse vista como inadequada para continuar a abrigar tal responsabilidade. Surgiu então, a idéia de mudança da capital.

É importante ressaltar que essa disputa política também era acompanhada pela esfera nacional, assim os aliados do então presidente eram beneficiados dentro do Estado, visto que a consolidação de Goiás no progresso era uma estratégia para a política de povoamento do interior brasileiro. Nesse sentido, Goiás era uma etapa até a chegada à região Norte.

Nacionalismo e autoritarismo são traços marcantes do governo de Getúlio. O autoritarismo de inspiração fascista do governo de Vargas resultou na implantação do Estado Novo, em 1937. O discurso nacionalista materializou-se através da “Marcha para Oeste”, que expressa, na verdade, a necessidade do sistema econômico nacional de integrar novas regiões à dinâmica de produção e reprodução do capital. O Governo Federal preocupava-se em garantir o controle efetivo do território, procurando homogeneizar a distribuição da população no espaço. A ocupação da região Centro-Oeste, com destaque para o Estado de Goiás, serviria de etapa preliminar para o avanço posterior da nação para o norte amazônico. (ASSIS, 2005, p. 112)

O arranjo espacial interno também tem suas alterações conforme coloca Assis (2005, p. 113)

Goiás sofreu os reflexos dessa conjuntura, iniciando um momento significativamente novo em sua História. As regiões sul e sudoeste de Goiás se integravam definitivamente à economia nacional, produzindo gêneros primários para o mercado interno. Novos setores sociais e políticos se fortaleceram, chegando ao poder com a Revolução de 30, depondo as antigas oligarquias que ocupavam o poder na região.

Com todo o contexto do nacionalismo e a ideologia progressista, Goiânia foi um marco na consolidação do rompimento com a política coronelista que se impunha no estado, além de contribuir no sofisticado projeto nacional de povoamento, exploração e expansão de mercado, através da Marcha para Oeste.

Getúlio e Ludovico atribuíram ao empreendimento um significado político, econômico e simbólico. Politicamente a nova capital representava a derrota da oligarquia Caiado, que tinha em Goiás seu principal núcleo de poder. Na esfera econômica, a nova cidade expressava o avanço das forças capitalistas e a integração definitiva de Goiás no sistema produtivo nacional. No plano simbólico, Goiânia representava a nação brasileira, que se erguia de seu marasmo histórico, para dar um passo efetivo na conquista do território e na afirmação de sua soberania. A civilização chegava ao sertão indômito, consolidado a hegemonia de

novos grupos políticos que assumiam as rédeas da região e da nação. (ASSIS, 2005, p. 116)

Nesse período, além da conjuntura política, outros fatores contribuíram para a modernização do território goiano. A infra-estrutura de comunicação foi essencial para a integração econômica e cultural de Goiás com a região dinâmica do Brasil. No sul do estado, onde a malha rodoviária era maior e onde também já existia a estrada de ferro, a dinamicidade econômica foi superior à região norte. A estrada de ferro, além de levar produtos primários e trazer produtos manufaturados também tinha uma importância cultural, como salienta Borges (2000)

A ferrovia tornou-se não só a principal artéria de exploração de bens primários e de importação de manufaturados, como também a principal via de penetração de novas idéias e valores culturais da sociedade moderna, portanto, um instrumento do capital no processo de dominação econômica e cultural. (p. 36)

Há de se ressaltar a importância econômica que a ferrovia teve para o sul de Goiás. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer o papel de transformação simbólica e ideológica que ela também trouxe. Apesar de toda importância que a ferrovia teve para Goiás, o Estado se integrou definitivamente com o Sudeste através de rodovias, seguindo a lógica nacional da implantação da indústria automotiva no país.

Até a década de 1930, as rodovias eram administradas pela iniciativa privada, sob concessão do Estado. As pessoas mais influentes conseguiam concessão para explorar e administrar as rodovias com subsídio erário estadual. No entanto, depois de 1930, o Estado assumiu o papel de promover a integração interna do território, passando, portanto, para o comando da construção, exploração e manutenção das estradas. Todavia, a integração se deu muito mais na parte sul que na parte norte (ASSIS, 2005).

No norte outros meios de transporte se desenvolveram para a comunicação com outras partes do próprio território goiano e também do Brasil. O transporte fluvial, nos rios Tocantins e Araguaia, foram importantes meios de ligação dessa parte do Estado com outras regiões. Contudo, era precária a navegação nesses rios e outro problema estava relacionado ao sentido dos cursos d'água: a montante situava em território goiano, mas a jusante estava a norte, ou seja, a ligação da hidrovia era com o norte, o espaço periférico da economia nacional. Não havia uma pujança econômica que exigisse muito para a navegação em direção setentrional. Outro meio de transporte utilizado, mas que de forma incipiente, foi o aéreo.

Como não havia rodovias e nem ferrovias suficientes e as que existiam concentravam-se na parte central e sul do Estado, o norte necessitava de novas formas de contato com o Brasil, daí a necessidade do transporte fluvial e o aéreo. Essa diferença é fundamental para entendermos a dinâmica econômica e a desigualdade regional no interior de Goiás.

Esse novo período pós-1930 foi essencial no processo de modernização do território goiano. Foi época de uma consolidação econômica com integração regional com o Sudeste brasileiro. “Os maiores parceiros comerciais de Goiás foram respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tanto em termos de exportações como de importações estaduais” (ESTEVAM, 1998, p. 134).

Goiânia e também Anápolis se consolidavam como cidades de comércio, estando na intermediação da produção e também na importação de produtos do Sudeste brasileiro.

Nesse contexto os comerciantes de Anápolis e Goiânia consolidaram-se enquanto “classe mercantil” atuando principalmente em dois ramos: agropecuária – no financiamento, compra, armazenagem e beneficiamento de arroz – e na revenda de produtos industrializados, principalmente veículos e auto-peças, modalidade esta que regularmente esteve “na mão dos mesmos comerciantes que exportavam cereais e importavam manufaturados”. (ESTEVAM, 1998, p. 134).

O Estado passou a integrar-se no abastecimento interno do país. Produtos como arroz e feijão configuraram-se como produtos com grande produção nas fazendas goianas. Essa foi a configuração do espaço goiano nas décadas de 1930 a 1960, ou seja, uma modernização nas infra-estruturas, e também uma modernização das idéias. A função territorial de Goiás no cenário nacional era o de fornecer produtos primários, dentre os quais gêneros alimentícios, e importar produtos manufaturados.

Também nesse período surge o germe de um novo contexto territorial de Goiás, que vai se consolidar nas décadas de 1970, 1980 e 1990. A modernização engendrada no estado muda também a relação econômica com o Brasil. Principalmente no que diz respeito a agricultura, já que era e ainda é a atividade econômica central.

A tabela a frente mostra notadamente que a agricultura sempre foi o grande motor econômico do Estado. No entanto, com a urbanização do espaço e a entrada de capital financeiro, a atividade terciária crescia paulatinamente já nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Além de demonstrar uma transformação da estrutura urbana com aumento populacional ainda incipiente, também evidenciava uma industrialização da agricultura e essa atividade cada vez mais ligada aos setores terciários da economia.

Tabela 01 – Goiás: Composição da renda interna (percentual)

| Ano | Agricultura | Indústria | Serviços | | | | | | |
|------|-------------|-----------|----------|----------|------------|---------|---------|----------|--------|
| | | | Total | Comércio | Inst. Fin. | Transp. | Governo | Aluguéis | Outros |
| 1940 | 70,4 | 5,8 | 23,8 | 7,6 | 0,7 | 2,1 | 3,7 | 2,0 | 7,7 |

| | | | | | | | | | |
|------|------|-----|------|------|-----|-----|-----|-----|------|
| 1950 | 51,0 | 9,2 | 39,8 | 9,5 | 2,7 | 4,7 | 4,7 | 3,9 | 14,3 |
| 1960 | 49,5 | 7,3 | 43,2 | 14,4 | 2,1 | 4,1 | 3,8 | 7,8 | 11,0 |

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DSC/IBGE/FGV. In. Conjuntura Econômica, n. 06, vol. 24, 1970. Adaptado de ESTEVAM, 1998.

Em suma, nas décadas de 1940 e 1950 fatores de âmbito nacional e regional colaboravam para que elementos de transformação germinassem nas estruturas do estado. Entre os mais importantes a integração do comércio nacional, a urbanização e a decorrente formação de centros comerciais na Região. Embora o Plano de Metas não tenha contemplado a agricultura de forma efetiva na sua programação, a expansão rodoviária permitiu e acelerou a efetiva integração de Goiás à dinâmica do mercado interno brasileiro, assim como possibilitou a montagem de um sistema comercial vigoroso no Eixo Anápolis-Goiânia. (ESTEVAM, 1998, p. 151)

O Estado teve papel fundamental nessa modernização territorial e das atividades produtivas. Ele buscava incentivar a aquisição de produtos industrializados, promovendo a incorporação da tecnologia no campo. Era um aumento de produção e de produtividade. Houve neste momento o início de uma nova etapa.

A industrialização da agricultura com apoio do Estado decorreu de um processo de acumulação capitalista – a nível mundial – propulsionando a partir da segunda metade do século, na década de 1950 o movimento expandiu-se pelo mundo inteiro e ostentou “força irrefreável” na remoção de obstáculos, substituindo “velhas forças” produtivas da agricultura por “novas forças” produtivas do tipo industrial. As atividades do campo passaram a ser balizadas por caracteres inerentes a um processo industrial de produção, ou seja, espírito de inovação, cálculo econômico, divisão tecnológica do trabalho, elevado capital técnico por trabalhador, produção em massa e alta produtividade do trabalho. Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura. (ESTEVAM, 1998, p. 159)

As empresas multinacionais, assim como o Estado estiveram no comando da modernização e industrialização do campo goiano, como salienta Estevam (1998).

[Fábio de Macedo Soares] GUIMARÃES evidenciou o papel do Estado e das empresas multinacionais no processo. Quanto ao primeiro, reiterou que a intervenção estatal na agricultura tornou-se imperativa em termos mundiais: “em todos os países, quer os de economias de mercado, quer nos de economia planificada, a agricultura é, hoje, uma atividade controlada, subsidiada e programada pelo Estado”. Quanto ao segundo, um dos traços fundamentais do fenômeno de industrialização da agricultura foi a participação de empresas multinacionais no processo, tanto no controle da tecnologia quanto na criação de um “modelo” de crescimento para países subdesenvolvidos. Ressaltou ainda que o papel desempenhado pelas multinacionais teve caráter perverso as corporações, detentoras de largas faixas do mercado e de avançadas tecnologias, jogaram todo o peso de sua influência agrária. Os latifúndios ‘modernizaram-se’, consumindo equipamentos e insumos das multinacionais, mas parte substancial das velhas estruturas continuou intocada. A ‘modernização’ não foi além da absorção de mudanças de caráter tecnológico e organizacional.

Apesar do debate significativo a respeito da distinção entre agricultura de mercado interno e de mercado externo, é notório o crescimento da produção de produtos, digamos, de mais fácil mercado no exterior como cana-de-açúcar e soja. Isso não significa dizer que o mercado interno ficou desabastecido de produtos primários, no entanto, produtos como arroz e feijão não tiveram o mesmo crescimento na produção como os produtos já mencionados.

Essa integração com o sudeste do país teve dois momentos, ou períodos.

O primeiro já relatado, caracterizado pelo subsídio de produtos primários para o abastecimento do mercado interno nacional, e o segundo caracterizado pela internacionalização da economia, e pela transformação do território goiano em agente exportador de matéria prima.

A década de 1960-1970 foi o marco para a mudança estruturante que ocorreu no território de Goiás. Percebe-se aqui a existência de dois períodos, ou melhor, duas etapas para a modernização do território e transformação para o que se tem hoje. Primeiro, pós-revolução de 1930 que segundo Borges (2007) “Alguns desses intelectuais, como Mendonça (2007), Chaveiro (2005), Calaça (2004), entre outros, afirmam que o processo de modernização da agricultura que se consolidou de 1950 a 1960 e se estende até agora, teve um período preparatório chamado de antecipação da modernização conservadora” e, segundo, o pós-década de 1970. Todos esses períodos foram marcados com intervenção do estado no território, isso se dá através de políticas públicas.

As políticas públicas são os meios utilizados pelo Estado para a intervenção no território. Pode haver diversos fins para isso: promover o crescimento econômico de um lugar ou região; desenvolver o território dentro de uma lógica nacional, para exercer um papel dentro de um projeto e; incorporar uma região/território dentro da lógica existente de mercado.

Daí a importância de se distinguir o que se entende por modernização do território goiano. Ajuda-nos Borges (2007, p. 16-17) quando referindo ao termo modernização faz o seguinte comentário: “A rentabilidade da acumulação simples é lenta, compartilhada, ligada apenas à produção da existência. A rentabilidade liberal deve ser inteligente, planejada, calculada e individualista.” Modernizar é, nesse sentido, sair da acumulação simples para a acumulação liberal. Essa modernização é patrocinada pelo Estado por diversas políticas públicas engendradas no território durante diversos períodos da história. Sendo públicas as políticas, ou seja, uma política executada pelo Estado, elas se tornam uma ação de todos, um planejamento que beneficia toda a população.

Esse processo de modernização se dá principalmente na agricultura, com políticas públicas voltadas exclusivamente para esse setor. Podemos aqui resumir os principais momentos e políticas públicas votadas para Goiás nos períodos de modernização do território:

| Quadro 01 - Momentos e Políticas Públicas que influenciaram na modernização do território goiano | | |
|---|---|--|
| Período | Evento | Função |
| 1930-1945 | Estado Nacionalista | - Finca as bases para a inserção capitalista no interior do país a fim de promover o desenvolvimento |
| 1941-1959 | CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás | - Ocupação do Oeste do Brasil, dentro da política da “Marcha para Oeste” |
| 1955-1960 | Estado Nacional Desenvolvimentista | - Há uma aproximação do governo com o capital externo, por contração de dívida prioritariamente; - Construção de Brasília e o aumento da malha viária para integrar a nova capital. |
| 1964 | Ditadura | - Intervenção estatal no setor agrário |
| 1965 | SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) | - Financia o setor agrícola exportador e produtos que substituem as exportações |
| 1967 | Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste) | - Consolidar a ocupação da porção central do país, a partir da moderna agropecuária. |
| 1970 | PCI (Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados) | - Superar o latifúndio improdutivo; por fim a agricultura atrasada. |
| 1972 - 1974 | PERGEB (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília) | - Controlar a migração para Brasília. |
| 1972 | Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) | - Planejar, supervisionar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de atividades de pesquisa agropecuária, viabilizando o desenvolvimento da agricultura nacional. |
| 1974 | Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) | - Garantir a atuação, junto ao produtor, dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| 1974 | POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) | - Destinar recursos para infraestrutura como armazenagem, estradas e |

| | | |
|------|---|---|
| | | energia; - Pesquisa agropecuária no sul e sudoeste goiano e no oeste de Minas Gerais. |
| 1975 | CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado) | - Vinculado a Embrater e a Embrapa; - Função de detectar e aproveitar as potencialidades do Cerrado. |
| 1978 | PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados) | - Incentivos financeiros para intensificar sua mecanização com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. |

Fonte: ESTEVAM (1998); BORGES (2007); ARRAIS (2007).

Como observado, foram vários os momentos e as políticas públicas que influenciaram para uma modernização do território goiano. De certo modo elas estão ligadas a dois fatores principais: o povoamento da região oeste do Brasil e a inserção de novas técnicas na atividade agropecuária.

Podemos assim entender o processo de modernização da agricultura em Goiás:

Em suma, o processo de modernização da agricultura em Goiás foi parcial ou, visto de outra forma, seletivo. Concentrou-se em alguns *produtos selecionados* de exportação em detrimento de culturas domésticas voltadas para o mercado interno: encontrou nos *maiores produtores* o mercado de crédito substancial dedicando poucos volumes financeiros para os pequenos produtores e, em termos espaciais o movimento esteve concentrado regionalmente no *centro-sul*, área mais próxima a São Paulo, contemplando no programa de desenvolvimento dos cerrados. ESTEVAM, 1998, p. 180 – grifos do autor)

Esse processo se caracteriza pela diferenciação espacial do território em que as zonas próximas espacialmente do Sudeste brasileiro e com condições naturais, como relevo, se destacaram no crescimento econômico. Isso implica em uma maior dinâmica econômica para as regiões sul e sudoeste de Goiás.

Arrais (2007), quando discute o desenvolvimento regional em Goiás, aponta três aspectos importantes; primeiro, os processos que eclodiram na década de 1970, como modernização da agricultura, a consolidação de Brasília e a problemática do seu entorno. Segundo, a capitalização territorial do estado diferenciada. Terceiro, a relação entre regionalização e desenvolvimento regional. Esses três aspectos nos ajudam a entender um pouco a dinâmica regional quase contemporânea, como salienta o autor. No entanto, é

necessário ainda compreender melhor a participação do Estado nesse processo, tomando para isso as políticas públicas, já que são elas a intervenção efetiva no território.

Para tanto, destacamos, de acordo com Arrais (2007), a década de 1970 como marco de um processo que começa nas primeiras décadas do século XX e culmina nesse período com mudanças estruturais no território, como por exemplo, o inchaço das áreas urbanas e a competitividade dos produtos agropecuários.

Na genealogia do território goiano a década de 1970 aparece em destaque nas abordagens econômicas e geográficas. Esse fato justifica-se, em certa medida, pela observação dos resultados do censo demográfico que apontou uma inversão no padrão e localização e, por consequência, distribuição das densidades demográficas e técnicas no território goiano. Naquele período confirmaram-se as taxas de crescimento demográfico acima da média nacional, o que já vinha ocorrendo desde a década de 1920. Ao mesmo tempo em que a população do Estado aumentava, em números absolutos, também se deslocava do campo para as cidades. O vocábulo urbanização, desde então, povoou as discussões acadêmicas e as políticas governamentais. (p. 01 - 02)

A efetiva modernização da agricultura, ou seja, a passagem da acumulação simples para a liberal se dá nesse período a partir da região sul do Estado. Citando Estevam (1998), Arrais (2007) define assim o processo de modernização da agricultura, já dando pistas para se entender a dinâmica regional recente de Goiás.

Estevam (1998) explica que a modernização foi, ao mesmo tempo, *excludente*, dado perfil de atores selecionados. *Seletiva*, uma vez que elegeu determinados produtos, especialmente aqueles para exportação, como soja. *Localizada*, privilegiando os chapadões do Sudoeste goiano. Essa política de modernização agrícola e, também, modernização desigual do território, reforçou a representação de que a saída para a economia nacional estava na agricultura, não por acaso a política agrícola, seja através do crédito (CAMPOS, 1999), da garantia de preços ou mesmo da locação de infra-estrutura (transporte, armazenamento e energia), tenha sido tão seletiva regionalmente. (p. 02 – grifos do autor)

Fica evidente a participação do Estado em todo esse processo, visto que na década de 1970 foi instituído os dois Programas Nacionais de Desenvolvimento – I PND (1972 - 1974) e II PND (1975 - 1979). Também é importante notar a quantidade de programas e instituições estatais que foram criados nesse período, conforme constatado no quadro 01.

Nesse mesmo período há outro evento a ser destacado, a construção de Brasília, foi uma das obras que mais impactou o território nacional. Este impacto está relacionado a área construída, com toda a estrutura e modificação econômica, bem como à transferência da capital. Ou seja, o impacto também ocorreu na antiga Capital Federal, Rio de Janeiro. No território goiano, local de construção da nova capital, o impacto foi intenso por vários motivos: iria modificar a economia, visto que um centro nacional estava sendo criado; Brasília iria atrair significativamente a população para o seu entorno e; as cidades aproveitariam desse potencial para se dinamizar.

Referências

- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **Apontamentos Metodológicos sobre Desenvolvimento Regional**. Goiânia: no prelo, 2009
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **O território goiano**: uma abordagem quase que contemporânea do desenvolvimento regional. Belém: Anpur, 2007.
- ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2005.
- BORGES, Júlio Cesar Pereira. **O Estado e as políticas públicas**: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano. Goiânia: UFG, 2007. (dissertação de mestrado).
- BOURDIN, Alan. **A questão local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CASTILHO, Denis. **Os sentidos da modernização**. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez. 2010
- CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Cerrado**: patrimônio genético, cultural e simbólico.
- COUTINHO, Leopoldo Magno. **O conceito de Bioma**. Acta bot. bras. 20(1): 13-23. 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n1/02.pdf>>
- ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Editora do autor, 1998.